

AS MÚLTIPLAS IMPLICAÇÕES DISCURSIVAS DA OPACIDADE REFERENCIAL

Alena Ciulla¹

alenacs@gmail.com

RESUMO: Tradicionalmente, a literatura tem se ocupado da opacidade referencial sob o ponto de vista da Filosofia e da Lógica, voltando seu interesse para a verificação das condições de verdade. Aqui, a proposta é a de, seguindo Apothéloz (2010; 2015), descrever alguns casos de opacidade, do ponto de vista linguístico, sob uma perspectiva enunciativa, enquanto processo de referenciação. Através do exame de alguns exemplos de textos com sequências narrativas e argumentativas, de diferentes gêneros, salientamos casos em que a opacidade referencial dos jogos de múltiplas vozes que são engendrados nesse processo desempenha um papel importante na manifestação de pontos de vista, com efeitos argumentativos, estilísticos ou revelando atos falhos.

Palavras-chave: Opacidade referencial; Referenciação; Polifonia; Categorização; Heterogeneidade discursiva.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre opacidade têm sua origem na Filosofia e na Lógica, nos trabalhos de Frege (1971) e, especificamente, no trabalho de Quine ([1960]1977). Para os lógicos, a opacidade referencial diz respeito ao fato de haver mais de uma possibilidade quanto ao sujeito que assume a responsabilidade de uma designação, ou descrição, promovida por uma expressão referencial. Quine ([1960]1977) considera, então, um contexto *opaco* quando, linguisticamente (para o autor, no sentido restrito, isto é, de cotexto e sem levar em conta as trocas intersubjetivas e a situação enunciativa), a sentença dá margem a uma ambiguidade interpretativa sobre quem assume a responsabilidade das expressões referenciais utilizadas. Um exemplo

¹ Pós-doutoranda DOCFIX, bolsista CAPES/FAPERGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

frequentemente citado na literatura, como em Heringer (1969), Galmiche (1983) e Fuchs (1994) é o par que apresentamos em (1) e (2) a seguir:

(1) Édipo queria casar com a mãe.

A sentença de (1) faz uma referência ambígua, pois comporta tanto a pressuposição do conhecimento do mito, quanto a de que o próprio Édipo sabia que a mulher com quem queria casar era sua mãe. Nesse caso, portanto, a referência é opaca. Quando, ao contrário, não houvesse dúvida quanto a saber quem assume a responsabilidade pela designação feita por meio da expressão referencial, então, para Quine ([1960]1977), a referência é *transparente*:

(2) Édipo queria casar com Jocasta.

Em nosso trabalho, o intuito é o de analisar a língua em funcionamento (no discurso, portanto) – e não as proposições lógicas e suas condições de verdade. Assim, no que diz respeito a questões como a opacidade, lembramos Authier-Revuz (2004), que compara o discurso a um tecido cheio de furos, sendo que as vozes do outro que são inscritas no discurso seriam os fios que suturam os furos². O discurso é, então, constitutivamente opaco, se considerarmos que não há um acesso pleno do conhecimento. Ao analista, conforme Ciulla (2008), cabe observar e descrever essa *retórica da falha* - ou melhor, o que possa ser recuperado por marcas linguísticas no discurso.

Em casos de opacidade referencial, observamos vozes sobrepostas, de modo que a responsabilidade pela referência fica difusa ou disfarçada. A questão é, de acordo com Apothéloz (2010), a de determinar qual instância assume a responsabilidade pela designação que é feita. E, acrescentamos aqui não apenas (ou exatamente) a de determinar quem assume a responsabilidade pelo que é enunciado, mas, sobretudo, a de fazer emergir implicações desse fato, que dizem respeito à opacidade da múltipla presença de vozes nos enunciados.

A seguir, algumas noções importantes de que partimos neste trabalho, para conduzir uma reflexão sobre opacidade referencial.

²Authier-Revuz (2004) menciona essa metáfora que já aparecia, de certo modo, em Wittgenstein ([1953]2004), quando este autor comparou o jogo de linguagem (do sujeito, definido pela voz, que se insere na linguagem) com um espaço projetado nos fragmentos limitados de outro espaço, um espaço “perfurado”.

1. REFERÊNCIA, CATEGORIZAÇÃO E (INTER)SUBJETIVIDADE

Admitimos, junto com Benveniste (1970), que a organização do sistema da língua é realizada na enunciação. Esse é um evento único, pois a cada vez que um falante enuncia, têm-se instâncias discursivas de tempo, espaço e pessoa singulares. Essas instâncias discursivas não são importantes apenas porque tornam os enunciados únicos, mas porque ancoram a referência e constituem parte do que permite a construção da significação. A referência é um processo de apontamento e orientação, portanto, mas também de designação ou renomeação, situação em que objetos são categorizados. Ressaltamos, no entanto, que não se trata, aqui, de uma visão cartográfica de linguagem, em que se pressupõe a autonomia do saber e a língua como um meio de codificação do pensamento sobre objetos discretizados *a priori*. Para a concepção que defendemos, o saber se constitui na linguagem e não pode ser visto separadamente do homem que fala.

Os referentes, produtos do processo de referência, são instâncias referencialmente subdeterminadas e efêmeras e não *realia* pré-existentes à situação de enunciação. As coisas que são referidas e categorizadas a cada enunciado são vistas como *objetos de discurso* – e não mais como coisas do mundo –, isto é, interessam-nos enquanto construções discursivas, que se configuram pela atividade dos falantes ao enunciar – e, portanto, ao referir e significar.

De acordo com Benveniste (1967), o problema mais importante no que diz respeito à linguagem³ é a significação. Acima de tudo, diz o autor, a linguagem significa:

Efetivamente, quando uma atividade é concebida como representação de alguma coisa, como "significando" alguma coisa, é-se tentado a chamar essa atividade de linguagem (...). Que a língua significa, isso quer dizer que a significação não é algo que lhe é dado por acréscimo, ou, mais amplamente, que é outra atividade; é o seu próprio ser; se ela não fosse isso, não seria nada⁴ (BENVENISTE, 1967: 218-219).

Significar é o caráter primordial da língua, "que transcende e explica todas as funções que ela garante no meio humano" (BENVENISTE, 1967:217). Por isso, em

³ De acordo com Flores *et al.* (2009:152), consideramos *linguagem* como a capacidade de simbolizar inerente à condição humana; e, acrescentamos, também a capacidade do homem para significar, já que o signo linguístico, por exemplo, não é o mesmo que símbolo. A *língua* é vista como unidade essencial da linguagem, como matriz semiótica que permite interpretar todos os outros sistemas semióticos.

⁴ As traduções de citações de Benveniste são todas de responsabilidade da autora deste artigo.

nossa abordagem, todos os processos linguísticos, inclusive a referência, convergem para uma explicação sobre a significação.

Dissemos anteriormente que, na referência, não apenas objetos são apontados, mas também são designados e/ou nomeados, em processos de categorização. Conforme Ciulla (2008):

a categorização é um processo cognitivo que se relaciona de maneira estreita com a referenciação, pois é através dele que decidimos e formulamos as categorias para as quais apontam nossas designações. Nesse processo cognitivo, as categorias não são estanques e mesmo a prototipia é fruto de negociações coletivas, sujeita a constantes modificações. Imprevisíveis e mutantes, as categorias podem, no entanto, ter papéis muito definidos, cuja verificação é possível, considerando-se o seu processo de construção no discurso. A questão central, a nosso ver, é que os processos referenciais e as categorizações que são promovidas na malha discursiva imbricam-se, de modo que não podemos interpretar completamente um sem ver o outro (CIULLA, 2008:42).

Ainda que admitamos que a categorização é um processo cognitivo, interessamos o que dele podemos observar do ponto de vista linguístico, isto é, de que modo os objetos do discurso são designados, discursivamente⁵, explicitando categorias e colaborando para o processo de significação. Ademais, a instabilidade que se observa no processo de categorização é condizente com a própria natureza do signo linguístico, cuja unidade é assegurada pela associação de um significante a um significado, em uma operação que se dá na enunciação, a cada situação enunciativa. E, além disso, o apontamento feito no processo referencial vem sempre acompanhado pelas escolhas que são feitas nesse processo: ora, se o sentido não está pronto de antemão, é preciso se fazer entender para o que e como se está apontando. Daí a importância da categorização, para a referência, como parte essencial do processo de significação.

Outro aspecto fundamental diz respeito às relações intersubjetivas que estão envolvidas na atividade dos falantes ao enunciar. Conforme Benveniste (1958), a subjetividade é a capacidade do locutor de se propor como sujeito. Contudo, essa capacidade só é possível na relação estabelecida entre *eu* e *tu* em cada instância de discurso.

É importante ressaltar que a intersubjetividade não se limita à mera relação dialogal entre *eu/tu*, mas tem papel fundamental na atribuição de sentidos. E é esse o

⁵ *Discursivamente*, em nossa perspectiva, equivale a dizer *na enunciação*, ou *na língua em funcionamento*.

aspecto da intersubjetividade que é enfatizado em trabalhos sobre referência, como o de Mondada e Dubois ([1995]2003), para quem as práticas linguísticas

não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA; DUBOIS, [1995]2003: 273).

Enquanto processo, a referência – ou referenciação, como preferem as autoras – pressupõe, portanto, a colaboração entre os participantes da situação enunciativa.

Ainda outra dimensão da intersubjetividade interessa-nos também e, particularmente, neste trabalho, que não se limita ao que acontece entre os participantes da interação: é a intersubjetividade que diz respeito à ressonância de vozes do outro do interdiscurso. Isto é, não apenas a relação com o outro enunciador da situação enunciativa, mas com os outros dizeres do discurso: de outra época, outra língua, outra cultura, outro ambiente, enfim, outra situação enunciativa, que possam, contudo, ser ativados pela memória e pelo conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Interessa-nos, sobretudo, não o fato de que todo enunciado é atravessado pela alteridade; mas as situações em que se pode perceber, em marcas linguísticas, os rastros das vozes desses outros que se imbricam na voz de quem enuncia.

Para encerrar esse breve apanhado dos conceitos fundamentais que norteiam o nosso estudo, faz-se importante observar que, quando falamos em alteridade de vozes não estamos necessariamente implicando alteridade de vozes de sujeitos em conflito, pelo menos não no sentido do sujeito ideológico de Bakhtin ([1979]2011; [1929]1977). A subjetividade, aqui, é tomada no sentido de Benveniste (1958), conforme mencionamos, e diz respeito à capacidade do locutor de se propor como sujeito. Essa inscrição do locutor como sujeito na língua se dá pela manifestação de sua voz (ver CAVELL, 1979), em meio a outras vozes, de maneira singular. Sustentamos que o aspecto que faz com que cada voz seja única é que, ainda que, em essência, os homens sejam aparentemente dotados de uma mesma capacidade para a linguagem e tenham sua fala validada (ou não) pela comunidade, um indivíduo aprende a língua que é falada no lugar em que ele nasce e cresce e, com os recursos de que essa língua dispõe, refere-se ao mundo, pondo-se na língua, a partir desse ponto de vista, o da sua língua, que envolve aspectos da sua cultura, do seu tempo, do seu conhecimento e

da sua experiência particular. Sob essa perspectiva é que consideramos que a voz é subjetiva e, portanto, singular, para cada locutor.

Também é relevante para o nosso estudo o trabalho de Authier-Revuz (1990), que descreve a alteridade como sendo um fenômeno de *heterogeneidade enunciativa*, conforme explicamos a seguir.

2. HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

De acordo com a autora, a *heterogeneidade enunciativa* pode ser subdividida em *heterogeneidade constitutiva* e *heterogeneidade mostrada*. A primeira diz respeito à presença do outro diluída no discurso, enquanto que a segunda é a que produz "rupturas observáveis" (AUTHIER-REVUZ, 1990:174).

Uma importante contribuição da autora foi ter incluído a noção freudiana sobre atos falhos que cometemos na língua entre essas rupturas observáveis. Conforme Cavalcante e Brito (2011), "a psicanálise é trazida para o escopo teórico de Authier-Revuz sob o argumento de que o enunciado é fundamentalmente heterogêneo e de que o sujeito é dividido, clivado, em sua estrutura". Assim, além de todos os outros que se sobrepõem ou se diluem na voz do enunciador, admitimos, junto com as autoras, esse Outro, que é o sujeito da psicanálise freudiana, dividido entre o consciente e o inconsciente, cujas marcas são a revelação de um desejo inconsciente. Levá-lo em conta é importante, para salientar o papel dos implícitos, do involuntário e das intenções veladas, por exemplo. De nossa parte, não analisamos psicanaliticamente as vozes do inconsciente, ainda que possamos identificar, eventualmente, alguns casos que sinalizem para atos falhos. Limitamo-nos, neste artigo, à investigação de operações linguísticas relacionadas à opacidade referencial no entrecruzamento de vozes da heterogeneidade mostrada, que possam ser identificadas nos processos referenciais.

Authier-Revuz (1990) distingue ainda as formas marcadas e não-marcadas da heterogeneidade mostrada. As formas marcadas seriam aquelas que, sendo explícitas, podem ser recuperadas no nível do enunciado, a partir de marcas linguísticas que mostram a presença de outra voz, como, por exemplo, através de formas autonímicas, tais como "X, eu uso esta palavra se bem que", "ela faz o que eu chamo X", "X, como você acaba de dizer", "X, no sentido de *fulano*", "X, é o caso dizer".

As formas não-marcadas, em que não haveria "uma fronteira linguística nítida entre a fala do locutor e a do outro" (AUTHIER-REVUZ, 1990:176), seriam mais complexas, porque a heterogeneidade deveria ser reconstituída a partir de diferentes índices. Seriam elas: o discurso indireto livre, a ironia, a antífrase, a alusão, o pastiche, a imitação, as metáforas, os jogos de palavras, a reminiscência.

Desperta-nos a atenção o que a autora considerou como formas não-marcadas, visto que, se a heterogeneidade é recuperada "a partir de índices recuperáveis no discurso" (AUTHIER-REVUZ, 1982), não seriam esses índices marcas? Para o nosso trabalho, são. Em uma publicação posterior, Authier-Revuz (1998) reparte as formas de modalização autonímica em tipos que vão de uma escala do mais ao menos explícito, sugerindo uma gradação em que as formas "puramente interpretativas", conforme a autora, como as alusões, o discurso indireto-livre e o jogo de palavras não-marcado, estariam mais próximas da heterogeneidade constitutiva, ocupando uma posição de menos explícito no *continuum*. Observamos que mencionar "jogo de palavras não-marcado" soa estranho: se não há marcas, como identificar um jogo de palavras? Provavelmente, quando a autora considerou o jogo de palavras "não-marcado", estava salientando o fato de que ele não foi referido de modo metaenunciativo – e talvez seja essa a distinção que Authier-Revuz (1998) pretendia, já que o seu foco são os comentários metaenunciativos. Para o nosso trabalho, contudo, consideramos a heterogeneidade mostrada em diferentes graus de explicitude e inferência envolvidos na operação de reconstruir as lacunas. O que não é marcado e o que não se pode nem mesmo inferir do que e como foi dito equivalem, sob a perspectiva adotada aqui, à *heterogeneidade constitutiva* e foge ao escopo de uma análise por um linguista, fugindo, portanto, ao escopo do nosso trabalho.

A consideração de fatos metaenunciativos, segundo Authier-Revuz (1998:16), implica em considerar o "distanciamento interno de uma enunciação desdobrada por seu próprio reflexo", o que se apresenta, para a autora, como uma questão aguda da relação do sujeito com a linguagem. Para esta autora, "o dizer não poderia ser transparente ao enunciador, ao qual ele escapa, irrepresentável, em sua dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso" (AUTHIER-REVUZ, 1998:17) e não constitui, portanto, um simples reflexo. É sob essa perspectiva que Authier-Revuz (1998) considera a modalidade autonímica como opacificante. E se ocupa do fato de que, muitas vezes, o locutor marca essas rupturas causadas pela presença do O/outro no seu discurso. Os quatro tipos principais de modalização autonímica

apresentados pela autora são denominados de *não-coincidências*: interlocutiva, do discurso consigo mesmo, entre as palavras e as coisas e das palavras consigo mesmas. Não nos deteremos em explicar a descrição desses tipos, até porque nosso objetivo não é investigar casos metaenunciativos em que o locutor justamente estipula fronteiras, num retorno ao seu próprio enunciado, como *X, quer dizer, eu teria dito X*, etc. Ainda que provisórias e tênues, ainda que máscaras (nas palavras de AUTHIER-REVUZ, 1998) entre o seu dizer e o dizer do O/outro, em tais situações o locutor assume a responsabilidade sobre o seu enunciado, deixando entrever, de maneira menos opaca, as vozes sobrepostas.

Concordamos, então, que as reformulações e hesitações das não-coincidências, descritas por Authier-Revuz (1998), podem ser consideradas marcas explícitas da porosidade do discurso e remetam à retórica da falha, do incompleto, do que torna o discurso opaco. Porém, em nosso trabalho, nosso foco é, mais pontualmente, sobre a opacidade que decorre da ambiguidade sobre a responsabilidade de categorizações promovidas nos processos referenciais.

Assim, recorremos a Apothéloz (2010), para quem essa atribuição da responsabilidade engendra uma dissociação de (pelo menos, preferimos dizer) dois pontos de vista e, por isso, afirma o autor, a opacidade referencial decorre da polifonia⁶. Ressaltamos que, se, para Authier-Revuz, a polifonia é um conceito análogo ao de heterogeneidade enunciativa, isto é, "uma pluralidade de vozes que se inscrevem na materialidade e na linearidade da cadeia falada" (conforme CAVALCANTE; BRITO, 2011), parece que, nesse aspecto, Apothéloz (2010) alinha-se a Anscombre (2006) e Ducrot (1980), para quem o locutor não é simplesmente *aquele que fala*, mas *aquele que expressa um ponto de vista*.

Faz-se importante elaborar, minimamente, neste ponto da discussão, a proposta de Anscombre (2006) e Ducrot (1980), que diferenciam *sujeito falante*, que seria o autor empírico do enunciado, de *locutor* e de *enunciador*. De maneira breve, podemos dizer que o *sujeito falante* não tem lugar na análise linguística proposta, com o que concordamos, visto que é um personagem do mundo real e o que interessa aos autores (e aos linguistas, de modo geral) são os personagens do discurso. O *locutor* seria a quem se atribui a responsabilidade do enunciado e os *enunciadores*, aqueles que são colocados em cena pelo *locutor* e que representam os diversos pontos

⁶ A noção de polifonia remonta a Bakhtin ([1979]2011), de acordo com Barbisan e Teixeira (2002).

de vista evocados pelo enunciado, com os quais o *locutor* pode se identificar ou não, de vários modos. Também aqui não nos aprofundaremos na discussão sobre as escolhas terminológicas da distinção, nem sobre a adequação da analogia à encenação teatral: neste trabalho, contentamo-nos em dizer que há um locutor que enuncia e que há uma pluralidade de vozes do O/outro que atravessam os enunciados, e não fazemos distinção entre *locutor* e *enunciador*.

Retomando a questão da polifonia, para Anscombre (2006) e Ducrot (1980) e, parece-nos, para Apothéloz (2010; 2015), a polifonia é considerada como pontos de vista em conflito com outros pontos de vista, ou como um embate de vozes, isto é, está intimamente relacionada à questão da argumentação na língua.

Se Apothéloz (2010; 2015) conclui que a opacidade decorre da polifonia é porque considera, então, que somente há opacidade quando as vozes do enunciado estão em relação de oposição. Contudo, observando alguns exemplos em que a opacidade referencial é mencionada em Ciulla (2008), percebemos um problema, que discutimos a seguir.

3. CRITÉRIOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE OPACIDADE REFERENCIAL

Observemos o seguinte exemplo:

- (3) Cada vez mais, parece-me que, quando denunciemos a alienação dos outros, quase sempre operamos uma extraordinária violência: negamos vidas concretas. É por esse caminho que o terrorista transforma qualquer um em alvo: ele não enxerga nunca as existências, só a funcionalidade de todos no sistema que ele combate. Há uma criança no avião? É apenas mais um expoente do mundo inimigo: quem sabe um futuro dirigente do FMI. Essa redução é fácil para o terrorista, pois ele já fez o mesmo com a sua própria vida: renunciou à existência para se tornar puro instrumento (de destruição). (Folha de São Paulo, 25/10/2001 – citado por CIULLA, 2008).

Em (3), podemos observar a alternância, sinalizada por processos referenciais, de, pelo menos, duas vozes, ainda que difusas no discurso indireto – o que permite dizer que está aí implicada uma questão de opacidade referencial. Por exemplo, quando o locutor diz “parece-me”, assume, através do dêitico de pessoa, a opinião de que a denúncia da alienação dos outros pode gerar o que ele classifica como “uma extraordinária violência”. Esta última encapsula anaforicamente o trecho anterior, o que equivale a dizer que “negar as vidas concretas” é “uma extraordinária violência”.

Em seguida, diz que “é por esse caminho que o terrorista transforma qualquer um em um alvo”. A posição do terrorista é, portanto, denunciada por uma expressão encapsuladora com dêitico (“esse caminho”), que sinaliza a presença dessa outra voz. Além disso, pelo dêitico em “parece-me” e pela condenação assumida em “uma extraordinária violência”, pode-se perceber que a voz do cronista, além de presente, interpõe-se à do terrorista. Notamos que não apenas os dêiticos funcionam como *embrayeurs* (JAKOBSON, 1963), mas também as categorizações sinalizam para a alternância de instâncias enunciativas, quais sejam, o locutor e o (suposto) terrorista.

Essa interpretação nos autoriza a dizer que o trecho "Há uma criança no avião? É apenas mais um expoente do mundo inimigo: quem sabe um futuro dirigente do FMI" pode ser atribuído à voz do terrorista. Destacamos também a expressão encapsuladora⁷ com dêitico, contida na oração “essa redução é fácil para o terrorista”, que vem logo após: ela sinaliza, através do demonstrativo na expressão, que se trata das elucubrações do terrorista, já que retoma todo o trecho anterior, iniciado pela pergunta. E esse trecho anterior, supostamente um pensamento do terrorista, é classificado como “redução”. Mais uma vez, portanto, a coocorrência de vozes em embate é denunciada tanto pela categorização do encapsulamento, como pelo dêitico.

Em (3), é a marca da primeira pessoa, através do dêitico, que permite estabelecer uma voz à qual, mais adiante, outra voz se opõe. E essa outra voz, responsável pela discrepância causada pelo trecho "Há uma criança no avião...", pode ser entendida como a possível voz de um terrorista, observando-se a combinação de expressões referenciais, como as que mencionamos, pois são elas que permitem inferir qual é a postura do autor e também como ela é contrária à do terrorista.

Exemplificamos, então, como uma situação de opacidade referencial de vozes em conflito pode ser interpretada. Porém, em relação ao embate de vozes embutidos num enunciado, o locutor pode também concordar com um ponto de vista, conforme vemos em:

(4) (Trata-se de um casal que acaba de dançar)⁸

Nos braços moles deste homem que não tinha força para fazê-la rodopiar, ela tinha tido a sensação de ter sido abraçada por um polvo que saiu da água e ela tinha sonhado duas noites seguidas com isso, acordando-se banhada. “Posso contar em vê-la novamente?” havia lhe perguntado o polvo (A. Tabucchi, *Piazza d'Italia - corpus Denis Apothéloz*).

⁷ Sobre anáforas encapsuladoras, ver Ciulla (2008).

⁸ A tradução deste exemplo e de todos os outros são de responsabilidade da autora deste artigo.

A expressão final "o polvo", em (4), pode ser considerada uma recuperação anafórica realizada pelo locutor/narrador, já que "um polvo", anteriormente, no texto, já havia sinalizado para a construção desse referente. O interessante, nesse caso, é que a categorização é feita com base em algo que é descrito como sendo o estado cognitivo do personagem: essa fusão de focos é que, dissemos em Ciulla (2008), provocaria o efeito de opacidade. Faz-se sutil, nesse trecho, a passagem do que pode ser atribuído ao personagem e ao que é atribuído ao narrador. Destacamos aqui o que podemos denominar de *contaminação lexical* (conforme SPITZER, 1961 [1922]), pois é como se o narrador tomasse de empréstimo a designação atribuída ao personagem. Não só o narrador toma o partido do personagem, como adota o mesmo termo (*polvo*) para designá-lo. Dessa maneira, as vozes em jogo não estão em conflito, mas se alinham.

Outro exemplo de uma situação de opacidade:

- (5) Se ninguém duvida da piedade da rainha Isabel, muitos estimam que os meios utilizados para impor sua fé não foram muito católicos. Foi ela, de fato, que assinou a lei que baniu 150.000 judeus da Espanha e fez perseguir, espionar, espoliar e torturar estes infiéis (*L'Hebdo*, 28.12.90 - *corpus* M-J. Reichler-Béguelin).

Em (5), ao mesmo tempo em que está implicada uma crítica a respeito do comportamento da rainha Isabel – perseguir e torturar não fazem parte dos preceitos católicos – a expressão “estes infiéis” demonstra um alinhamento, por parte do enunciador, em relação ao suposto pensamento da rainha. Isto é, do ponto de vista da rainha Isabel é que os judeus seriam considerados como infiéis e, no entanto, o enunciador retoma “150.000 judeus da Espanha”, designando-os de “infiéis”. Porém, sabemos que, dificilmente, nos dias de hoje, um jornalista do *Hebdo* – uma revista suíça conhecida em todo o mundo, especialmente nos países francófonos, por sua postura de denúncia contra injustiças sociais – faria uma designação desse tipo. Por isso, podemos dizer que o contexto é opaco, mas a interpretação pode ser considerada transparente (atentamos para o fato de que, especialmente no caso do jornalismo engajado, a cena englobante e seus elementos ganham maior importância para a interpretação dos enunciados).

Além disso, no caso de atribuirmos a responsabilidade da designação ao próprio locutor, haveria um problema de contradição, pois, com “os meios utilizados para impor sua fé não foram muito católicos” (embora o locutor se esquive, já neste

início, da responsabilidade dessa categorização, atribuindo-a de maneira vaga, na oração “muitos estimam que...”), ele já havia anunciado sua crítica. Isso reforça a hipótese de que a expressão “estes infiéis” tenha sido empregada como num jogo, em que a categorização é feita com base nas palavras do outro. E tal jogo traz consequências interessantes: no caso de (5), a ironia dirigida à atitude da rainha Isabel é ainda mais acentuada, pois para categorizar os judeus espanhóis como “infiéis”, é preciso pensar neles sob o ponto de vista de um *católico tirano*, fazendo com que, indiretamente, o leitor categorize "rainha Isabel" dessa maneira.

Em (5), enfim, é como se o locutor fingisse assumir o ponto de vista do outro (a rainha Isabel) para, justamente se contrapor a ele. Mas poderia ser o caso de que assumisse esse ponto de vista do outro como seu, como acontece, às vezes, em textos acadêmicos, quando o locutor não marca uma citação de um autor (nesse caso, além de opacidade, temos um problema de plágio, mas esse é outro assunto).

Com esses exemplos, ressaltamos que um locutor, em relação às vozes imbricadas no seu próprio enunciado, tem várias possibilidades: discordar, concordar, concordar parcialmente ou discordar parcialmente. E ainda: fingir concordar para discordar e vice-versa. Ora, se há todas essas possibilidades de relação do locutor com o seu enunciado, a questão que se apresenta é a de se perguntar se os fenômenos de opacidade somente decorrem do embate de vozes, como sustenta Apothéoz (2010; 2015) ou se podem estar implicados também nos casos em que os pontos de vista que estão em jogo não se opõem, mas corroboram um com o outro. Ou, mantendo a metáfora da música: somente na polifonia identificamos vozes distintas, como numa composição musical em que se sobrepõem diversos timbres e sonoridades? Não há também no uníssono, caso em que várias vozes se mantêm em tom e timbres aproximados, vozes distintas que podem ser confundidas, mas identificadas?

Observamos que admitir um uníssono na língua não implica pressupor uma coincidência plena de pontos de vista, assim como não pressupomos tons ou timbres completamente iguais. Pontos de vista são, para nós, posicionamentos subjetivos e, por isso, são sempre únicos e singulares, conforme explicamos antes, neste trabalho. Assim, ressaltamos o aspecto de aproximação de pontos de vista, que podem coincidir até certa medida - medida essa difícil de precisar, vale dizer, como tudo que se relaciona a fatos linguísticos - mas que podemos identificar como mais ou menos semelhantes. E, justamente porque no uníssono não se ouviria exatamente o mesmo

tom é que pode ser comparado a vozes de um enunciado, quando se alinham, ou se aproximam, no que diz respeito à argumentação.

Na sequência, analisamos outros exemplos de situações que podem ser interpretadas como opacas, aprofundando a reflexão sobre o que se poderia considerar como uma designação opaca e sugerindo implicações e efeitos desse fenômeno.

4. INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS DE CASOS DE OPACIDADE REFERENCIAL

No trecho a seguir, de um texto literário, observamos também um caso interessante:

- (6) (Jane acaba de tirar das mãos do bebê um quebra-nozes, objeto perigoso com o qual ele estava brincando. A mãe, sra. Pocket, protesta contra essa intervenção. Segue uma discussão...)
- Meu Deus! grita o sr. Pocket, extremamente agitado, devemos deixar as crianças se matarem com golpes de quebra-nozes sem tentar salvá-las?
 - Eu não quero que Jane se ocupe do bebê, diz a sra. Pocket com um olhar majestoso dirigido à inocente pequena culpada (Ch. Dickens, *Les grandes espérances*, 237 - corpus Denis Apothéloz).

Aqui, aparentemente, há uma designação contraditória: como alguém pode ser inocente e culpado ao mesmo tempo? Uma possível interpretação é a de que há uma categorização sobre a personagem *Jane*, com base no suposto ponto de vista de dois outros personagens: “inocente”, sob o ponto de vista do sr. *Pocket*, que discute com a esposa, dando razão à menina que tirou o quebra-nozes das mãos do bebê; “culpada”, sob o ponto de vista da sra. *Pocket*, que não quer que *Jane* interfira nos cuidados com a criança.

A opacidade referencial da designação “inocente pequena culpada” se dá porque a responsabilidade com relação a essas designações é difusa, feita pelo locutor/narrador, numa espécie de intromissão em relação à cena narrativa dos personagens, como também observamos em (4). No caso de (6), a voz do locutor/narrador denuncia o embate de outras duas vozes que se contrapõem, fundindo as duas opiniões opostas (*inocente/culpada*) numa mesma expressão. Essa categorização também pode ser considerada como um efeito, para o leitor, de uma brincadeira lúdica, proposta pelo locutor/narrador, que, simultaneamente, faz conhecer uma dissidência entre o casal *Pocket*.

Outro exemplo, de uma redação escolar:

- (7) Era uma menina que estava sempre com seus pais, não tinha amigas, nenhuma. Um dia em que estava na escola, arrumando suas coisas, uma menina vem lhe falar e diz:
- Sexta à noite vou fazer uma festa de aniversário e tu estás convidada. Havia uns meninos atrás, eles ficaram tirando onda. Ela disse a si mesma que era esquisito. Uma menina a convida para ir à sua casa e os outros que riam, bom, azar.
 - Certo, eu vou às oito horas na tua casa, tchau!
- Ela esperava com impaciência por este dia.
E, finalmente, ele chegou. Ela se arrumou como deve ser e saiu. Chegando lá, havia apenas meninos. Bom, começamos a conversar e eles me disseram:
- Vamos jogar um jogo, certo!!!
- O jogo consistia em beber um copo de coca e dentro do copo eles não lhe disseram o que havia. (...). (Virginie, 14 anos - *corpus* M.-J. Reichler-Béguelin).

Sob uma ótica mais conservadora e normativista e, especialmente, por se tratar de uma redação escolar, poderia ser considerado um erro a alternância entre a terceira pessoa e a primeira pessoa na narrativa que observamos no trecho acima (“Era uma menina...” e, depois, “começamos a conversar e eles me disseram...”). É bem provável, nesse caso, ter havido um ato falho da menina que, de fato, contava sua própria história, e, por isso, em alguns momentos, deixou escapar as marcas de primeira pessoa. Mas, para a nossa investigação, interessa o processo referencial que permite essas alternâncias de ancoragem enunciativa e o impacto que isso pode ter na construção da referência e na consequente interpretação da história, o que não exclui o fato de que o locutor/escrevente pode se colocar como o próprio personagem, que se disfarça, ou finge se disfarçar, como pode ser interpretado o exemplo a seguir:

- (8) Alexandre Eiffel certificou-se de que ninguém podia surpreendê-lo e escalou a árvore com dificuldade. Seu corpo, mais pesado, havia desaprendido os movimentos leves que lhe permitiam, outrora, subir a toda velocidade; e minha roupa não facilitava minha ascensão (A Jardin, *Le petit sauvage* - *corpus* M.-J. Béguelin).

Em (8), instala-se a dúvida sobre se o narrador é o próprio personagem – que por algum motivo lúdico ou outro de efeito estilístico, alterna entre guardar distância ou participar da cena. A ruptura se dá porque a narrativa vem sendo desenvolvida de modo que o personagem *Alexandre Eiffel* tem estatuto de não-pessoa; subitamente, sem sinalização de que o narrador passe a palavra ao personagem, há uma mudança de ancoragem abrupta, apenas marcada por ";" entre “Alexandre Eiffel”, “seu corpo”, “...lhe permitiam”, em terceira pessoa, e “minha roupa”, “minha ascensão”, em

primeira pessoa, como se o narrador não apenas transpusesse as cenografias, de primária para secundária, mas encarnasse o personagem *Alexandre Eiffel*. Essa dubiedade, porém, não exatamente atrapalha a construção da referência, mas, pelo contrário, revela os vários ângulos sob os quais uma história pode ser contada. Apontamos, aqui, uma função de *mudar o foco narrativo*, conforme Ciulla (2008), associada ao uso dos dêiticos em primeira pessoa. Notamos que esse efeito, no caso desse exemplo, também provoca uma maior proximidade com o leitor, que passa a ouvir o depoimento do próprio personagem. A opacidade do discurso direto livre, como vemos, possibilita uma vasta mobilidade do que Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003) denominam *câmera subjetiva* por entre as cenografias primária e secundária. A *câmera subjetiva* é o efeito cinematográfico de conduzir a filmagem como se a lente fosse o olhar do personagem, colocando, assim, o espectador na posição desse personagem, "vendo o mundo" como se ele fosse.

Parece-nos que, nesses casos, a opacidade referencial é um recurso que faz progredir de maneira mais livre o processo de referência no discurso: tudo o que contribui para apresentar um objeto, tal qual o enunciador pretende, vale para que ele seja assim instalado no discurso, inclusive através da *captura de categorizações alheias*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a observação de casos de referência opaca, sob uma perspectiva enunciativa, conforme a que apresentamos, sugerimos que não somente a identificação da responsabilidade pelas designações é importante para descrever o funcionamento desse fenômeno. Também as implicações dele para a construção da referência e, portanto, da significação, são importantes.

Exemplificamos situações em que, mesmo quando as vozes imbricadas não se opõem, há opacidade referencial e, por isso, sugerimos que não somente da polifonia decorre a opacidade, mas também de vozes que se alinham. Contudo, não é a simples identificação de vozes na heterogeneidade mostrada – a que interessa à observação do linguista, em oposição à heterogeneidade e opacidade constitutivas do discurso – que permite falar de opacidade referencial. Consideramos que o fator que desencadeia a opacidade é a fusão dos focos enunciativos, em que há ambiguidade na determinação da responsabilidade pelas designações.

Entre as implicações da opacidade referencial observadas, foram destacados:

1) A apresentação de argumentos, para atacar ou defender um ponto de vista, pelo posicionamento do locutor que pode ser contrário ao ponto de vista das vozes embutidas em seu enunciado, mas que pode também ser favorável, ou parcialmente contrário, ou parcialmente favorável. Os argumentos podem incluir recursos, como a ironia, a dissimulação ou o fingimento. Tais recursos também podem configurar-se como estilo.

2) Efeitos estilísticos: a) que revelam estados cognitivos dos personagens, fazendo conhecer suas impressões, opiniões, atitudes etc.; b) lúdicos ou de humor; c) de *câmera subjetiva*.

3) Revelação de atos falhos.

Tanto para a argumentação, quanto para os efeitos de estilo, a opacidade referencial pode se apresentar como um investimento subjetivo e serve ao interpretante como um *embrayeur* de vozes e de pontos de vista. Assim como os dêiticos são expressões *embrayeurs* do enunciado na enunciação, segundo Jakobson (1963), as expressões opacas, mesmo as que não contêm dêiticos, podem ser vistas como *embrayeurs* de pontos de vista manifestados pelo locutor sobre outra instância discursiva. Para Apothéloz (2015), o resultado, para o leitor, pode ser comparado a um tipo de *janela* que lhe dá acesso ao ponto de vista de um personagem, no caso do texto literário. E, como vimos, não apenas pode dar acesso a personagens no texto literário, mas também a personagens do discurso, de modo geral.

Foram mencionadas apenas algumas possibilidades de interpretação que, no entanto, deixam entrever um potencial de que outras implicações e efeitos da opacidade referencial possam ser investigados. Fica aqui a sugestão de que sejam realizados estudos futuros, em *corpora* mais extensos e de variados gêneros discursivos e sequências textuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANSCOMBRE, Jean-Claude. Stéréotypes, gnomicité et polyphonie: la voix de son maître. In: PERRIN, Laurent (éds.). *Recherches Linguistiques*, n. 28. Le sens et ses voix - dialogisme et polyphonie en langue et en discours. Metz: Université Paul Verlaine, 2006, p. 349-378.

2. APOTHÉLOZ, Denis. Référence opaque, manipulation des points de vue et textualité. In: FERRARI, Angela; LALA, Letizia; STOJMENOVA, Roska. (Éds.). *Linguistica testuale. Teorie, metodi, fenomeni, strutture*. Firenze: Franco Cesati, 2015.
3. _____. L'opacité référentielle: paramètres et status discursifs. In: COLAS-BLAISE, Marion; KARA, Mohamed; PERRIN, Laurent, PETITJEAN, André. (Eds.). *Recherches Linguistiques*, n. 31. La question polyphonique ou dialogique en sciences du langage. Metz: Université Paul Verlaine, 2010, p.135-155.
4. APOTHÉLOZ, Denis; PEKAREK-DOEHLER, Simona. Nouvelles perspectives sur la référence: des approches informationnelles aux approches interactionnelles. *Verbum*, Presses Universitaires de Nancy, Tome XXV, n. 2, 2003, p. 109-36.
5. AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
6. _____. *Palavras incertas*. Campinas: Unicamp, 1998.
7. _____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução Celene M. Cruz; João
8. Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos em Linguística*. Campinas, n. 19, jul./dez.
9. 1990.
10. _____. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: des éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: DRLAV: Documentacion et Recherche en Linguistique Allemande Contemporaine, Vincennes. Paris: Université de Paris VIII – Vincennes, n. 26, 1982.
11. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2011.
12. _____. (primeira edição sob o nome de Volochinov, V.N., Leningrado, 1929). *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.
13. BARBISAN, Leci; TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. In: *Organon*, Porto Alegre, v.16, n.32/33, 2002, p. 161-180.
14. BENVENISTE, Émile. L'appareil formel de l'énonciation (1970). In: *Problèmes de linguistique générale, II*. Paris: Gallimard, 1974.
15. _____. La forme et le sens dans le langage (1967). In: *Problèmes de linguistique générale, II*. Paris: Gallimard, 1974.
16. _____. De la subjectivité dans le langage (1958). In: *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Gallimard, 1966.

17. CAVALCANTE, Mônica; BRITO, Mariza. Intertextualidades, heterogeneidades e referencialização. *Linha d'Água*, n. 24 (2), 2011, p. 259-276.
18. CAVELL, Stanley. *The claim of reason*. Oxford: Oxford Press, 1979.
19. CIULLA, Alena. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 201p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
20. DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
21. FLORES, Valdir; BARBISAN, Leci; FINATTO, Maria-José, TEIXEIRA, Marlene. (Orgs.). *Dicionário de linguística da enunciação*. Contexto: São Paulo, 2009.
22. FREGE, Gottlob. Über Sinn und Bedeutung. In: *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* 100, 1892. Tradução francesa: Sens et dénotation. In: *Frege G., Écrits logiques et philosophiques*. Paris: Ed. du Seuil, 1971, p.102-26.
23. FUCHS, Catherine. *Paraphrase et énonciation*. Paris: Gap/Ophrys, 1994.
24. GALMICHE, Michel. Les ambiguïtés référentielles ou les pièges de la référence. *Langue française*, n. 57, 1983, p. 60-86.
25. HERINGER, James. Indefinite noun phrases and referential opacity. In: BINNICK, R. I.; DAVISON, A.; GREEN, G. M.; MORGAN, J. L. (Eds.). *Papers from the 5th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: University of Chicago, 1969, p. 89-97.
26. JAKOBSON, Roman. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In: JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale I*. Paris: Ed. de Minuit, 1963, p. 176-196.
27. MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: *TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)*, n. 23, 1995, p. 273-302. Tradução para o português: Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referencialização. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referencialização*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
28. QUINE, Willard van Orman. Word and object. Tradução francesa de Joseph Dopp e Paul Gochet: *Le mot et la chose*. Paris: Flammarion, [1960]1977.
29. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Recherches philosophiques*. Trad. franc. F. Dastur, M. Elie, J. L. Gautero. Paris: Gallimard, [1953]2004.

ABSTRACT: Traditionally, referential opacity is approached from the point of view of Philosophy and Logic, their interest lying in the verification of the truth conditions. This work aims at, following Apothéloz (2010; 2015), describing some cases of opacity, from a linguistic point of view, according to an enunciative perspective of the referential process. By examining some examples of narrative and argumentative sequences, in different genres, referential opacity of the multiple engendered voices in the enunciates are highlighted. And multiple effects of that phenomenon are reported, such as in the expression of points of views, with argumentative and stylistic effects, or revealing freudian slips.

Keywords: Referential opacity; Referencing; Polyphony; Categorization; Discourse heterogeneity.

Recebido no dia 22 de junho de 2015.

Aceito para publicação no dia 16 de julho de 2015.